

## Movimentos sociais, territórios interculturais e direitos: Pensando a partir do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)<sup>1</sup>

### Resumo

O artigo tem como ponto de partida o entendimento de que, na América Latina, os movimentos sociais, de forma mais ou menos conscientes, implementam políticas culturais. Isso se dá porque tais movimentos, ao se contraporem à cultura política dominante na região (machista, sexista, paternalista, homofóbica, autoritária), interferem no campo simbólico e propõem significados e práticas culturais alternativas. Por política cultural entende-se aqui não apenas o conjunto de ações sistematizadas em planos e implementadas por instituições públicas e privadas voltadas à cultura, mas, em sentido mais amplo, o “processo posto em ação quando conjuntos de atores sociais moldados por e encarnando diferentes significados e práticas culturais entram em conflito uns com os outros”. Compartilhando com essa compreensão, o artigo aborda um movimento social brasileiro, mas com forte ressonância no restante da América Latina, bem como em outros continentes, que é o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). A proposta é compreender se e como um movimento que reivindica o direito à terra e reúne brasileiros e brasileiras de várias localidades, com suas especificidades culturais, lida com a interculturalidade. A pergunta sobre a interculturalidade fundamenta-se na compreensão de que ela remete à cultura que está no entre, ou como nomeia Bhabha, no entre-lugar. O entre-lugar é um espaço estratégico na contemporaneidade, pois “teoricamente inovador e politicamente crucial” ao possibilitar ir “além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais” e “focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais”. A interculturalidade, entendida como a cultura produzida no entre-lugar, é propícia à “elaboração de estratégias de subjetivação” que resulta tanto em novos processos de identificação, quanto na emergência de “postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade”. Pode-se dizer que a interculturalidade se constitui na afirmação das diferenças, na negociação entre elas e nas suas decorrentes relações

de poder. Ao ressaltar a dimensão político-cultural do MST, o artigo procura discutir o laço constitutivo entre cultura e política e a redefinição de política que essa visão implica. Isso significa defrontar-se com as relações de poder que constituem as práticas culturais, bem como compreender o componente cultural de toda ação política. O MST se estrutura de forma a coordenar relações de poder horizontais e verticais. Para a realização de suas atividades, a estrutura do MST se compõe de Coordenações ou Coletivos, Setores e Brigadas voltadas para diversas áreas, entre as quais a de Comunicação e a de Cultura, que se organizam, de acordo com a necessidade e a demanda, desde os assentamentos e acampamentos até o nível nacional. Assim, os problemas que animam o texto são: 1. Terá o MST a compreensão de que a cultura e a comunicação são direitos fundamentais a ponto de estabelecer uma política para o setor? 2. Em caso afirmativo, tal política baseia-se em princípios interculturais? Interessa perceber como a dimensão simbólica se faz presente nos discursos e práticas do MST, ou seja, se a disputa no campo cultural é vista como estratégica para o Movimento, como “arena política” fundamental para seu “projeto alternativo” de democracia. Como abordagem metodológica, recorre-se à análise de conteúdo tanto de documentos e reportagens do e sobre o MST, quanto de entrevista feita com integrantes da Coordenação Nacional de Cultura e de Comunicação do Movimento, além de revisão bibliográfica sobre o tema.

**Palavras-chave:** movimentos sociais, políticas culturais, práticas culturais, os direitos à terra.

**Alexandre Almeida Barbalho (Brasil):** Licenciado em História de la Universidad Estadual de Ceará – UECE (1990), Licenciado en Ciencias Sociales de la Universidad Federal de Ceará – UFC (1993), Magíster en Sociología de la UFC (1997) y Doctor en Comunicación y Cultura Contemporánea de la Universidad Federal de Bahía – UFBA (2004). Es profesor adjunto de Historia y de los Programas de Posgrado en Políticas Públicas de la UECE y de los Programas de Posgrado en Comunicación de la UFC.

<sup>1</sup> MST: a) Significa Movimento dos trabalhadores e trabalhadoras Rurais sem Terra. b) Texto apresentado ao Grupo de Trabajo: Comunicación Popular, Comunitaria y Ciudadanía.

## Movimentos sociais, territórios interculturais e direitos: Pensando a partir do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

Alexandre Barbalho

Este artigo tem como ponto de partida o entendimento de que, na América Latina, todos os movimentos sociais, de formas mais ou menos conscientes, implementam políticas culturais. Isso se dá porque, como situam Sonia Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar (2000), tais movimentos, ao se contraporem à cultura política dominante na região (machista, sexista, paternalista, homofóbica, autoritária), interferem no campo simbólico e propõem significados e práticas culturais alternativas.

Por política cultural entende-se aqui não apenas o conjunto de ações sistematizadas em planos e implementadas por instituições públicas e privadas voltadas à cultura (BARBALHO, 2005), mas, em sentido mais amplo, o “processo posto em ação quando conjuntos de atores sociais moldados por e encarnando diferentes significados e práticas culturais entram em conflito uns com os outros” (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 24).

Compartilhando com essa compreensão, vou abordar uma organização que integra o movimento social brasileiro, mas com forte ressonância no restante da América Latina, bem como em outros continentes, que é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Como contextualiza Marcelo Rosa (2004), o MST,

bem como o movimento zapatista no México e os piqueteiros na Argentina, são referências obrigatórias nas reflexões feitas sobre as novas formas de organização dos movimentos sociais latinoamericanos.

Minha proposta é compreender se e como um movimento que reivindica o direito à terra e reúne brasileiros e brasileiras de várias localidades, com suas especificidades, lida com o poder simbólico e mais especificamente com o campo cultural e se possuem uma visão das diferenças e diversidades que formam o Brasil, ou seja, se fundamentam sua política cultural em uma base intercultural.

Portanto, os problemas que animam esse texto são: 1. Terá o MST a compreensão de que a cultura é um direito fundamental a ponto de estabelecer uma política para o setor? 2. Em caso afirmativo, tal política baseia-se em princípios interculturais? Situado, desde já, que não pretendo responder à segunda questão, mas apontar alguns indícios de resposta, pois o que apresento é apenas os momentos iniciais de uma pesquisa que envolve docentes e discentes dos Programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE), em Comunicação e em História, ambos da Universidade Estadual do Ceará (UFC).

Como abordagem metodológica, recorro à análise de conteúdo tanto de documentos e reportagens do e sobre o MST quanto da entrevista feita com Ana Chã, atual integrante da Coordenação Nacional de Cultura do Movimento, além de revisão bibliográfica sobre o tema.

### 1. A cultura na estrutura do MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, o MST, surgiu em 1984, a partir de um encontro reunindo trabalhadores rurais de várias partes do Brasil em Cascavel, no Paraná. A decisão, naquele momento, foi de fundar um movimento nacional de camponeses reunidos em torno de três lutas principais: pela terra, pela reforma agrária e pelas mudanças sociais.

Entre as mudanças sociais defendidas pelo MST, a educação ocupa, desde o início, lugar de destaque, uma vez que a “democratização do conhecimento é considerada tão importante quanto a reforma agrária no processo de consolidação da democracia” (MOVIMENTO..., 2010, p. 23). Segundo dados de 2010 disponibilizados pelo Movimento, ao longo dos anos foram implantadas 2.250 escolas públicas nos acampamentos e assentamentos, além das escolas itinerantes que acompanham os acampamentos<sup>2</sup>.

Atualmente, o MST está presente em 23 estados brasileiros e no Distrito Federal, tendo organizado, ao longo desses quase trinta anos, 350 mil famílias e mais de 1,5 milhão de trabalhadores em acampamentos e assentamentos. Há ainda 40 comitês de amigos do MST no exterior, organizados na Áustria,

Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Finlândia, Grécia, Holanda, Inglaterra, Itália, Portugal, Noruega, Suécia, Suíça, Austrália, Canadá e Estados Unidos<sup>3</sup>. O Movimento também integra a Via Campesina, que reúne movimentos sociais camponeses de todo os continentes.

Segundo afirma o documento *MST, Lutas e Conquistas*, uma das principais conquistas do Movimento é ter agendado, ao longo dessas décadas, o tema da reforma agrária nas pautas da sociedade e do Estado. Isso foi feito “defendendo a democratização da terra e a implementação de uma política efetiva para o desenvolvimento dos assentamentos” (MOVIMENTO..., 2010, p. 11).

O MST se estrutura de forma a coordenar relações de poder horizontais e verticais. Na ponta do movimento, ou seja, nos assentamentos e acampamentos, as famílias estão organizadas em núcleos de forma mais horizontalizada. Dos núcleos, que devem reunir em torno de 10 famílias, a partir de deliberação onde participam homens e mulheres, adultos e jovens, são escolhidos coordenadores de cada assentamento e acampamento, seguindo a orientação de ter sempre representação paritária de gênero. A mesma lógica se reproduz em cada instância hierárquica para a escolha dos coordenadores, respectivamente, em nível regional, estadual e nacional.

O principal espaço de poder e, portanto, de decisão do MST é o Congresso que ocorre a cada 5 anos (atualmente na quinta edição, ocorrida em 2007 e que teve a participação de mais de 15 mil pessoas, segundo informa o sítio eletrônico do MST – [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)). O Congresso define tanto as linhas políticas do Movimento para o

próximo período quanto avalia o período anterior e a cada edição lança um lema, síntese do que foi deliberado. No último Congresso, a linha foi: “Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular”. Entre os Congressos, a cada dois anos, o MST realiza encontros nacionais, onde são avaliadas e atualizadas as deliberações do Congresso.

Nas linhas políticas reafirmadas durante o IV Congresso em 2000, a cultura aparece uma única vez e em uma posição defensiva: “Defender a cultura brasileira frente às agressões culturais imperialistas”<sup>4</sup>. No Congresso seguinte, em 2007, a comunicação e a cultura aparecem de forma mais propositiva, exigindo postura do Movimento:

*Lutar para que cada assentamento ou comunidade do interior tenha seus próprios meios de comunicação popular; como por exemplo, rádios comunitárias e livres. Lutar pela democratização de todos os meios de comunicação da sociedade contribuindo para a formação da consciência política e a valorização da cultura do povo*<sup>5</sup>.

Para a realização de suas atividades, a estrutura do MST se compõe de Coordenações ou Coletivos, Setores e Brigadas voltadas para as diversas áreas de Produção, Saúde, Gênero, Comunicação, Educação, Juventude, Finanças, Direitos Humanos, Relações Internacionais etc que se organizam de acordo com a necessidade e a demanda, desde os assentamentos e acampamentos até o nível nacional. Uma das Coordenações é a de Cultura que atualmente possui como coordenadores nacionais os militantes Ana Chã e Mineirinho.

Segundo informa Ana Chã, a cultura, entendida desde um ponto de vista amplo até o de

produção artística, “está, praticamente, em todos os momentos da vida do MST, desde a reunião de um acampamento, de um assentamento, até uma reunião mais geral, de militantes e, ou dirigentes”<sup>6</sup>.

Contudo, como situa Ana Chã, a discussão mais sistemática sobre cultura no Movimento tem como marco o final dos anos 1990, quando os militantes avaliaram que tinham que estudar o tema. Até então, a cultura estava incluída informalmente no setor da educação. Havia, naquele momento, um coletivo de música, relativamente bem organizado. Ele tinha um papel de “animação” dos encontros, além de sua função pedagógica, funções que resultavam, em grande parte, da presença da Igreja na formação do Movimento.

Assim, em 1998, realizou-se um primeiro seminário para discutir o papel do “fazer cultural” no Movimento. O propósito do seminário, denominado “O MST e a cultura”, era fazer uma discussão mais geral e teórica a partir das seguintes questões:

*“O que era a cultura e como um movimento social pode pensar a cultura e a arte? Como fazer isso? Era preciso criar um grupo à parte que vai se dedicar a isso ou era o todo que devia pensar sobre o tema? Como a arte e a cultura contribuem para a formação da consciência? Como elas podem ter um papel educativo? Eram questões gerais que tentavam perceber como o MST podia, em alguma medida, entender a cultura como uma ferramenta e um campo de luta”*<sup>7</sup>.

Segundo Ana Chã, o seminário resultou de um amadurecimento interno, quando se viu a necessidade de explorar outras linguagens, fora a

2 Não iremos abordar esse tema, mas é importante destacar que, por conta da perspectiva pedagógica do MST apoiada no pensamento de Paulo Freire, a escola funciona como importante equipamento cultural, uma vez que suas atividades estão para além da educação formal. Por sua vez, o documento pouco aborda a promoção da comunicação e da cultura pelo Movimento. Sobre a primeira, informa a existência do Jornal Sem Terra, editado desde 1981, ou seja, antes mesmo da criação formal do MST. Sobre a segunda, limita-se a informar a existência dos 38 grupos teatrais espalhados pelo Brasil que fazem parte da Brigada Nacional Patafiva do Assaré.

3 Há sítios eletrônicos dos amigos do MST em inglês (<http://www.mstbrazil.org/>), espanhol (<http://www.sindominio.net/mstmadrid/>), francês (<http://amisdessansterre.blogspot.com/>), italiano (<http://www.comitatomst.it/>), alemão (<http://www.mstbrasilien.de/>), holandês (<http://www.mstnederland.nl/>), entre outras línguas.

4 Disponível em <http://www.mst.org.br/node/7692>. Acessado em 01.11.2011.

5 Dados disponíveis em <http://www.mst.org.br/node/8629>. Acessado em 01.11.2011.

6 Entrevista concedida ao autor em 28/out/2011.

7 Entrevista concedida ao autor em 28/out/2011.

música, e inclusive de repensar o seu papel para além de sua função “animadora”. Foi um encontro que abriu questões como, por exemplo, se o MST estava reproduzindo a lógica hegemônica nas indústrias culturais que era voltada para o espetáculo.

No ano seguinte, foi feito outro seminário para avançar nas discussões sobre o papel da cultura e em 2000 oficializou-se no IV Congresso Nacional a criação no organograma do MST do Coletivo de Cultura. Como ressalta Ana Chã, o Coletivo foi criado “mais para organizar o trabalho e poder fazer a relação com os Estados”<sup>8</sup>.

O Coletivo de Cultura, por sua vez, se divide em Frentes, para fortalecer as linguagens. As Frentes aparecem à medida que as linguagens vão se fortalecendo. Atualmente existem as Frentes de Música, a primeira e a mais estruturada, a de Teatro<sup>9</sup>, a de Artes Plásticas, onde se destaca o muralismo, a de Literatura, que envolve poesia e cordel, e a de Audiovisual<sup>10</sup>.

O Coletivo ou Coordenação Nacional de Cultura reúne os coordenadores estaduais e regionais e os representantes das Frentes de Linguagem. Dessa Coordenação saem dois membros que compõem a Coordenação Nacional do MST para um mandato de dois anos. É interessante perceber como, ao longo dos anos, os representantes da cultura conquistaram espaço nas relações de poder do MST, inclusive por conta de pensar sobre o fazer artístico e cultural no/do Movimento. Como contextualiza Ana Chã:

*Em 2005, o debate era: que tipo de arte o MST tinha que produzir? A arte que era feita*

<sup>8</sup> Entrevista concedida ao autor em 28.out.2011.

<sup>9</sup> Segundo Chã, a Frente de Teatro, que está em processo de reorganização, já foi bem mais forte esteve um papel importante no processo de repensar a cultura no MST. Em 2001, alguns militantes iniciaram um processo de formação no Centro de Teatro do Oprimido (CTO) que resultou na Brigada de Teatro Patativa do Assaré, reunindo pessoas de todo o Brasil. Essa Brigada teve a tarefa de, depois de encerrada a formação, voltar para as suas regiões e montar grupos de teatro que chegaram a serem 43 grupos, pelo menos até 2008.

<sup>10</sup> A Frente de Audiovisual é recente, vem depois do Congresso de 2007 e, na avaliação de Ana Chã, foi uma Frente que conseguiu “avançar bastante na idéia do que seria uma proposta de audiovisual para um movimento social como o MST”. A Frente vem conseguindo produzir com “uma outra proposta estética e política”. Como havia militantes de outros movimentos, a Frente se intitula Brigada de Audiovisual da Via Campesina.

<sup>11</sup> Entrevista concedida ao autor em 27/out/2011.

*no Movimento estava no campo do espetáculo? Ou ela seria uma arte feita por todos e que poderia apontar para um processo mais emancipatório? Tinha-se que trabalhar as linguagens separadas ou juntas? Quem produz cultura, ele é o artista do MST ou ele é um militante artista que faz a sua tarefa em vários outros setores, mas que tem também como ferramenta de luta uma linguagem artística específica? E nós fomos nos dando conta que nós somos militantes que usamos a arte e a cultura para fazermos a nossa tarefa, mas somos militantes da organização e por isso nós não devemos viver em um processo separado. Nós devemos inclusive participar das discussões gerais, das instâncias e debates gerais para a gente poder fazer a nossa arte (...) Então, apontava para isso: a gente tem que ir eliminado isso que uns fazem e outros pensam a cultura. A prática de ter um músico que ia para um encontro para fazer a animação, mas não se inseria na discussão (...) Ai percebendo isso: o que nos interessa enquanto produção. A questão de forma e conteúdo. Se a gente mudasse o conteúdo já estava contemplando a nossa luta? A gente foi percebendo que não (...) Então, os campos de estudo são múltiplos<sup>11</sup>.*

Como se percebe, a cultura ocupa um lugar relevante na estrutura e documentos do MST, mas principalmente em suas práticas cotidianas. Como situa Ademar Bogo, um dos formuladores da questão cultural no Movimento, o MST deve implementar uma “revolução cultural”, que

significa “colocar as coisas em outra ordem” (BOGO, 2000, p. 06). E isso é possível porque “tudo o que existe ou acontece no assentamento é a cultura dos trabalhadores Sem Terra” (BOGO, 2000, p. 7). Ainda segundo Bogo,

*Nos debates do movimento a cultura só estava relacionada à arte. Entretanto, com o amadurecimento ideológico se percebeu que o próprio movimento social é uma modificação de comportamento. O MST representa a soma de interesses de pessoas diferentes que se propõe a descobrir novas saídas, novos valores que gerem novas práticas sociais. O movimento muda hábitos. A cada ocupação as pessoas se vêem obrigadas a criarem novos hábitos, pois a pressão da vida coletiva faz com que as pessoas eliminem hábitos antigos e absorvam outros (...) Desse modo, a cultura passou a representar uma maneira de existir, de lutar pela vida, de preservar a vida e a natureza. Nos reeducamos para plantar a árvore que cortamos, por isso há até uma inversão da tradição. Pois antes o camponês matava os bichos, mas agora sabe que não deve fazer isso pois tem que protegê-los. Estamos fazendo um outro caminho, que é o viver em harmonia com a terra e os animais. Isso mostra um salto de qualidade no movimento<sup>12</sup>.*

A percepção de que a dimensão simbólica está presente não apenas nas linguagens artísticas, mas em todas as dimensões dos fazeres diários, nos permite afirmar que o MST tem sim uma política cultural elaborada. A disputa no campo cultural é vista como estratégica para o Movimento, como “arena política” fundamental para seu “projeto alternativo” de democracia.

<sup>12</sup> “MST é cultura: Ideologia, tradição, pensar, fazer e sentir fazem parte da política cultural do movimento”. Entrevista com Ademar Bogo. Disponível em [http://www.piratininga.org.br/novapagina/leitura.asp?id\\_noticia=2135&topico=Entrevistas](http://www.piratininga.org.br/novapagina/leitura.asp?id_noticia=2135&topico=Entrevistas). Acessado em 01.11.2011.

Ao ressaltar sua dimensão político-cultural, o MST dá visibilidade também para o “laço constitutivo entre cultura e política” e para a “redefinição de política que essa visão implica”. Isso significa enfrentar as relações de poder que constituem as práticas culturais, bem como compreender o componente cultural de toda ação política (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000).

## 2. Há dimensão intercultural no MST?

Se é possível responder com relativa segurança à primeira questão elaborada no início deste artigo, ou seja, que o MST compreende a cultura como direito fundamental e estabelece uma política para o setor, para a segunda problematização proposta, ou seja, quais os princípios que fundamentam tal política e, em especial, se leva em consideração a interculturalidade, devo apresentar apenas uma resposta provisória.

Antes, faz-se necessário definir o que entendo por interculturalidade, posto que não é uma noção bem precisa. O prefixo “inter-” deriva do latim *inter-*, mas também do advérbio e preposição *inter* que significa “entre, no meio de”. No português antigo, inclusive, predominava a forma romanceada e popular “entre-”, como em entreabrir, além de formas de menor uso como “antre-” (antrecosto) e “ontre-” (ontredito) (CUNHA, 2010).

Tal ideia de situar-se no meio de ou resultar do contato entre partes encontra-se presente em noções caras ao entendimento da interculturalidade, como: “interação”, entendida como troca e negociação de sentidos entre dois agentes sociais; “intersubjetividade”, no sentido de uma propriedade que é reconhecida por mais de um sujeito; e “intertextualidade”, indicando um texto produzido a partir de outros textos

(EDGAR; SEDGWICK, 2003; O'SULLIVAN *et al.*, 2001).

Falar, portanto, em interculturalidade é remeter à cultura que está no entre, ou como nomeia Homi Bhabha, no entre-lugar. O entre-lugar é um espaço estratégico na contemporaneidade, pois “teoricamente inovador e politicamente crucial” ao possibilitar ir “além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais” e “focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais” (BHABHA, 2005, p. 20).

Já nos anos 1970, Silviano Santiago falava do “entre-lugar” do discurso latino-americano marcado pela mestiçagem que põe em xeque a noção de unidade imposta pelo pensamento colonizador europeu. Dessa forma, a grande contribuição da América Latina para a cultura ocidental seria, segundo Santiago, a “destruição sistemática dos conceitos de *unidade* e de *pureza*” (SANTIAGO, 1978, p. 18).

A interculturalidade, entendida como a cultura produzida no entre-lugar, é propícia à “elaboração de estratégias de subjetivação” que resulta tanto em novos processos de identificação, quanto na emergência de “postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade” (BHABHA, 1998, p. 20). Pode-se dizer que ela se constitui na afirmação das diferenças, na negociação entre elas e nas suas decorrentes relações de poder.

Tendo essa definição como pano de fundo, retomo a questão: é o MST um entre-lugar? Ele favorece, em suas políticas, a interculturalidade?

Uma resposta a essas questões tem que levar em consideração que o MST é um movimento e uma organização nacional, que envolve uma enorme quantidade de militantes. Assim, possui diversas realidades práticas e discursivas. Posso apontar de imediato várias dessas perspectivas, cada uma delas com concepções diversas e até conflitivas sobre a cultura e seu papel no Movimento.

13 Entrevista concedida ao autor em 28/out/2011.

A primeira é a dos dirigentes nacionais, que não estão ligados ao campo cultural e que alguns, como aponta Ana Chã, ainda tem uma visão instrumental de cultura, no sentido de “animação”.

Uma segunda perspectiva é a dos dirigentes nacionais oriundos da Coordenação de Cultura ou próximos aos debates que se realizam ali, como as Coordenações de Comunicação e de Educação. Estes trazem o questionamento feito há mais de uma década no Coletivo, nas Frentes e nas Brigadas de Cultura.

A terceira perspectiva é daqueles que sem convergir necessariamente com os dirigentes ligados à cultura, pois não estão em lugares privilegiados de decisão política e, portanto, possuem mais liberdade de elaboração, estão os formuladores ou ideólogos culturais. É o caso, por exemplo, de Ademar Bogo, autor da cartilha de formação *O MST e a cultura*.

Na quarta perspectiva se observa que o universo a ser considerado é o das práticas e dos discursos dos militantes artistas, aqueles que atuam nas diversas Frentes e Brigadas das linguagens de uma forma mais sistemática, quase, poderia dizer, profissional, a ponto de ser identificado como um músico, um poeta, um ator de teatro pelos demais companheiros. Eles são sujeitos no debate que se dá no interior do MST e participam da elaboração de sua política cultural.

No entanto, os militantes artistas não podem ser confundidos, por sua vez, com os milhares de produtores amadores de cultura que se espalham em todo o país nos assentamentos e acampamentos. São aqueles militantes que produzem em alguma linguagem artística de forma diletante, conhecidos apenas por seus familiares ou companheiros próximos, e que, muitas vezes, estão distantes do debate cultural do Movimento. Como reconhece Ana Chã, por mais que o Movimento tente, “alguns debates não conseguem chegar no todo”<sup>13</sup>.

Por fim, a quinta perspectiva a ser observada é a do universo dos consumidores/produtores de cultura, ou seja, aqueles que, principalmente, nos assentamentos estão consumindo (e processando ativamente) os mais diversos produtos simbólicos, inclusive, e em muitos casos, os das indústrias culturais.

Sobre isso, é interessante o seguinte depoimento de Ana Chã:

*Agora, hoje em dia, a maioria dos assentamentos tem acesso à energia elétrica, então você vai para um assentamento, onde antigamente uma casa tinha televisão com gerador e que reunia todo mundo, e hoje a maioria das casas tem uma ou mais de uma televisão. Tem uma pesquisa feita por um companheiro sobre a chegada da indústria cultural no assentamento dele. É bem interessante. No dia que chegou a energia elétrica, chegou o caminhão das Casas Bahia que ia de casa em casa e ligava a televisão e diziam quantas prestações eram, que eram imensas, e assim a grande maioria comprou televisão a prazo (...) Tem vários assentamentos que hoje têm acesso à internet. Dentro dos assentamentos não são tantos, mas facilmente os jovens acessam nas cidades mais próximas (...) Então, dentro dos assentamentos existe algo bem híbrido: uma cultura que é da terra, que é de território, que tem a ver com a identidade do movimento, onde se cantam as músicas do movimento, onde se faz a mística, ou tem grupo de teatro de jovens. Mas isso convive, diariamente,*

14 Entrevista concedida ao autor em 28/out/2011.

15 A esse respeito ver: “Queremos internet! Vamos à luta!”. Disponível em <http://www.mst.org.br/Queremos-internet-Vamos-a-uta>. Acessado em 01.11.2011.

16 A esse respeito ver: “MST resgata cultura tropeira em cavalgada na região de Itapeva”. Disponível em <http://www.mst.org.br/MST-resgata-cultura-tropeira-na-regiao-de-Itapeva>. Acessado em 01.11.2011; “Curso de violão em SC resgata identidade camponesa de jovens assentados”. Disponível em <http://www.mst.org.br/node/10377>. Acessado em 01.11.2011; “Mutirão de Cantoria da ENFF celebra a cultura popular brasileira”. Disponível em <http://www.mst.org.br/Mutirao-de-Cantoria-da-ENFF-celebra-a-cultura-popular>. Acessado em 01.11.2011.

*com ouvir rádio que passam as músicas mais variadas do mercado, com letras e ritmos que são opressores, falando mal da mulher, estimulando a violência. Então isso convive ali diariamente. Tem lugares onde tem grupos de jovens que procuram debater o que se ouve, mas tem lugares onde a gente não alcança de fazer isso*<sup>14</sup>.

Portanto, há uma diversidade de expressões culturais no que diz respeito a cada assentamento e que interfere na produção e no consumo da cultura: se tem ou não energia elétrica; se tem ou não acesso à internet, que é uma reivindicação do MST<sup>15</sup>; se está próximo ou não a centro urbanos; se tem uma maior ou menor população de jovens, pois, segundo Ana Chã, existe conflito de gerações no que diz respeito a práticas culturais, onde os mais velhos não aprovam jovens que usam tatuagens, piercing e curtem hip-hop.

Contudo, constatar que nos assentamentos há “algo bem híbrido” no sentido do consumo, não significa dizer que exista interculturalidade, mas apenas que o campo brasileiro, e mais especificamente os assentamentos, não estão imunes aos fluxos simbólicos globais, ao convívio com a cultura internacional-popular (ORTIZ, 1998). É preciso atenção para ver e compreender como se dão as práticas e os discursos resultados desse “consumo híbrido”. Ou seja, até que ponto há também produções culturais híbridas, ou interculturais?

Uma análise das notícias veiculadas no sítio eletrônico do MST revela palavras como “resgate cultural”, “identidade camponesa”, “valorização da cultura popular” que afirmam um certo lugar de pureza, de tradição, de busca e de conservação de origens culturais<sup>16</sup>.

Por outro lado, na matéria “O papel da música, arte e esporte”, publicado no *Jornal Sem Terra Especial Juventude*, há a defesa do “produzir o novo”, apontando as diversas possibilidades que os jovens do MST tem para se organizar: “Na música, grafite, nas artes todas, no esporte, nas roças coletivas, nas formas de organizar nosso lazer e o trabalho, em grupos de jovens, grupos de estudo, organizações de estudantes em nossas escolas...”<sup>17</sup>.

Em outra matéria, “Apresentações teatrais debatem a exploração do trabalho no campo”, o texto chama atenção para o fato de que os dois grupos de teatro possuem “formação distinta em sua origem”, um urbano e outro rural, “mas cada vez mais unidos pelas conseqüências da globalização”. Ambos os grupos, o “Filhos da Mãe ... Terra”, do assentamento Carlos Lamarca em Sarapuí, e o “Entre Escadas”, formado por atores-pacientes e funcionários do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CRST) de Santo André, participaram de formações junto ao Centro de Teatro do Oprimido (CTO), criado por Augusto Boal<sup>18</sup>.

Há nesses exemplos uma tensão e, portanto, negociações a serem feitas nos e entre os mais diversos lugares e práticas – tensões e negociações que sinalizam “entre-lugares”. O depoimento de Ana Chã traz claramente essa disputa:

**O nosso objetivo não é resgatar as manifestações culturais puras, até porque o que é puro hoje num mundo onde a informação circula por todo lugar, mesmo no mais isolado? Então não existe mais isso, de uma cultura camponesa que é pura. A gente sofre influência de todo lugar. O que a gente entende é que não pode se apropriar disso sem que haja um compreensão**

**crítica. É a gente poder, na medida do possível, conhecer essas outras expressões, refletir sobre elas e depois inclusive ressignificá-las para o lugar onde a gente está, para esse jeito de ser sem-terra. A gente vê isso como bastante positivo, estimula. Hoje em dia, em alguns estados, tem também Brigadas de Agitação e Propaganda, que são Brigadas que fazem mais esse dialogo na cidade e essas linguagens todas se faz uso delas, estêncil, grafite, formas de teatro, como teatro invisível, que a gente percebe que elas funcionam melhor no espaço urbano, elas conseguem chegar mais nas pessoas, então o Coletivo está se apropriando disso, estudando e fazendo. Então, em vários lugares que você for, provavelmente vai encontrar expressões que as pessoas, em um primeiro olhar, diriam 'ah, isso é cultura da cidade e não do campo', e elas estão convivendo ali perfeitamente integradas, com outro jeito de fazer. Mas também isso ainda é um tema que o Movimento não sabe muito bem como lidar com ele. Ele vai acontecendo. A gente entende como Coletivo que é um movimento super-rico, que traz outros repertórios, mas ainda existem resistências**<sup>19</sup>.

Essa passagem é sintomática de uma riqueza de experiências que o MST vive atualmente no campo cultural.

A mística, herança da formação católica do Movimento, foi e ainda é a sua marca simbólica mais forte, porque ela faz perceber, intuir e viver a vida com uma atitude de admiração e de serviço. Segundo Ademar Bogo, ela é a sua “expressão maior da cultura”. Ela teria surgido “a

partir da necessidade de se criar um ambiente de aprofundamento de ideias menos monótono e racional”. Bogo defende que a mística “antecipa o futuro a partir da simbologia”. Dessa forma, os militantes passaram a ver a política com “prazer”, o que levou a que, com o tempo, fosse “ganhando qualidade e importância no movimento”.

A mística é entendida por Bogo como um “tipo de representação e ao mesmo tempo de vivência” realizada no início e/ou no encerramento dos encontros e que funciona como uma “grande escola de formação política porque mexe com o imaginário das pessoas”. Na sua ritualística, “separa-se algo simbólico, que materializa o assunto abordado pelo encontro, e a criação artística, cultural e política do MST que é imediata” e, com isso, “tanto o analfabeto quanto uma pessoa de nível superior vão sentir e interagir neste momento de vivência coletiva”<sup>20</sup>.

No entanto, a mística tem que conviver com outras expressões culturais em si mesma já bastante hibridizadas e mais uma vez ressignificadas ao serem apropriadas pelos sem terra. Como analisa Ana Chã, sobre a presença e a produção de hip-hop nos assentamentos:

*Aí a gente consegue fazer, enfim, até uma integração. Eles pegam poemas do movimento e colocam dentro da música, eles fazem estêncil com coisas que eles fazem no assentamento, então há uma coisa que está ali em movimento. A gente não pode dizer: 'ah, eles foram na cidade, pegaram o hip-hop e trouxeram para dentro'. Não, eles estão reiventando também, criando o que é esse hip-hop da luta, do campo*<sup>21</sup>.

Outro dado importante, destacado por Ana Chã, é o fluxo do campo para a cidade e depois de volta para campo que marca a trajetória de parte significativa dos assentados e acampados:

*Antigamente, era gente que tinha sido expulsa de suas terras, mas que trabalhava na terra, mas de uns anos para cá quem vem para o acampamento, para os assentamentos, já vem de um processo da cidade, muitas vezes, já tinham migrado para a cidade em busca de outra vida e não tendo encontrado as condições, voltaram. Essas pessoas já tem incorporada uma cultura mais urbana. E no dia-a-dia isso está muito presente. E estamos buscando as formas de aproveitar*<sup>22</sup>.

Walter Mignolo (2003) propõe a noção de pensamento/gnose liminar, um conhecimento produzido em uma perspectiva subalterna, a partir das margens do sistema mundial. Assim, o pensamento liminar corresponde não à razão universal, mas às histórias locais, aos vários locais de produção e enunciação de saberes subalternizados.

Inspirado em Mignolo, poderíamos dizer que esse camponês que migrou para a cidade e depois voltou para o campo é um sujeito portador de um saber-comum liminar, que defino como um pensamento não sistematizado produzido por sujeitos em estado de subalternidade e que desta perspectiva experienciam os movimentos de desterritorialização e reterritorialização do mundo contemporâneo.

Os trabalhadores assentados ou acampados, vindos das cidades, mas que já tinham saído de seus lugares e culturas de pertença, estes trabalhadores constituem

20 “MST é cultura: Ideologia, tradição, pensar, fazer e sentir fazem parte da política cultural do movimento”. Entrevista com Ademar Bogo. Disponível em [http://www.piratininga.org.br/novapagina/leitura.asp?id\\_noticia=2135&topico=Entrevistas](http://www.piratininga.org.br/novapagina/leitura.asp?id_noticia=2135&topico=Entrevistas) Acessado em 01.11.2011. Sobre a função simbólica e pedagógica da mística, em especial entre os jovens, ver CASTRO (2004).

21 Entrevista concedida ao autor em 28/out/2011.

22 Entrevista concedida ao autor em 28/out/2011.

subjetividades fronteiriças e, portanto, visões de mundo, sentidos-comuns totalmente diferentes do sertanejo que nunca saiu de sua localidade. Eles carregam consigo a experiência da diáspora e nos falam de um entre-lugar (BARBALHO, 2007).

### 3. Apontamentos finais

Para Marcelo Rosa (2004), o MST não pode ser visto como “baluarte de novos tempos ou mesmo de uma nova sociedade” porque tem demandado do Estado políticas públicas “tradicionais” voltadas para o trabalho, educação, saúde, etc. Mas se nos restringirmos à esfera das demandas e das relações do Movimento com o Estado, perdemos de vista uma de suas principais linhas de força: a sua política cultural.

No campo da cultura, o Movimento coloca em ação um conjunto de diferentes discursos e práticas culturais que conflitam com os valores hegemônicos das indústrias culturais e, em um sentido amplo, com a cultura política dominante no país. Ao reforçar os vínculos constitutivos entre cultura e política, entre o simbólico e o poder, o MST amplia a noção de arena política, ao mesmo tempo em que apresenta e disputa seu projeto alternativo de democracia.

Contudo, sua política cultural, apesar de definida em alguns documentos e discursos legitimadores, não está, de todo, conformada. Há uma tensão entre várias perspectivas, desde a mais purista, conservadora de determinadas expressões tradicionais, até as que enxergam o processo cultural como resultado de hibridismo, como interculturalidade, portanto, como lugar de articulação das diferenças.

Sem dúvida, essa disputa de poder traz uma riqueza para o Movimento – riqueza esta que para ser mais bem apreendida e compreendida exige procedimentos teórico-metodológicos interdisciplinares; os que são construídos e experimentados no decorrer da presente pesquisa e que foi a fonte originária do presente artigo.

### Referências

Alvarez, Sonia; Dagnino, Evelina; Escobar, Arturo. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: \_\_\_\_ (org). Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 15-60.

Barbalho, Alexandre. Emigrantes / Imigrantes: Trânsitos de cultura entre o sertão cearense e as metrópoles brasileiras. Revista Internacional de Folkcomunicação, v. 11, p. 1-12, 2008.

\_\_\_\_\_. Política cultural. In: RUBIM, Linda (org.). Organização e produção da cultura. Salvador: UFBA, 2005. p. 33-52.

Bhabha, Homi. O local da cultura. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

Bogo, Ademar. O MST e a cultura. Caderno de Formação N. 34. São Paulo: ANCA, 2000.

Castro, Carmen Verônica dos Santos. A Mística de tornar-se jovem no MST - a experiência do I Curso de Realidade Brasileira para Jovens do Meio Rural (1999). (Dissertação). Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2005.

Cunha, Antônio Geraldo da. Dicionário etimológico da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

Edgar, Peter; Sedgwick, Peter. Teoria cultural de A a Z: Conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo. São Paulo: Contexto, 2003.

Mignolo, Walter. Histórias locais/projetos globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. MST: Lutas e conquistas. São Paulo: Secretaria

Nacional do MST, 2010. Disponível em <http://www.mst.org.br/node/8629>. Acessado em 01.11.2011.

Ortiz, Renato. Mundialização e cultura. São Paulo: Brasiliense, 1998.

O'Sullivan *et all*. Conceitos-chaves em estudos de comunicação e cultura. Piracicaba: Unimep, 2001.

Rosa, Marcelo Carvalho. Sobre os sentidos das novas formas de protesto social no Brasil. Os impactos das ações do MST sobre o sindicalismo rural. In: Grimson, Alejandro (org). La cultura en las crisis latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2004. p. 43-61.

Santiago, Silviano. Uma literatura nos trópicos. São Paulo: Perspectiva, 1978.